

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Interpretações do Brasil: uma proposta de acesso metodológico ao pensamento econômico brasileiro			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Maria Mello de Malta ¹	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Professora
COAUTOR 2			
Bruno Borja ²	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Doutorando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O final do século XIX e o início do século XX foram marcados por uma profusão de tentativas de dar um significado autônomo à sociabilidade que funcionava no interior das fronteiras do que se entendia como Brasil. Descobrir o sentido do Brasil era algo tão forte no pensamento social da época que as expressões econômicas, políticas e artísticas foram marcadas por esta questão, sem necessariamente buscarem uma referência nacionalista ou xenófoba, apesar de em alguns casos passar por elas. Tomando como referência o tempo histórico entre os movimentos abolicionistas e a Era Vargas, propomos explorar, por meio do materialismo histórico dialético, como o pensamento econômico brasileiro nasce totalizante e se afirma metodologicamente como interpretador do Brasil, para depois desgarrar-se e empobrecer-se a partir de uma maior organização da academia brasileira.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Interpretações do Brasil; Pensamento Econômico Brasileiro			
ABSTRACT			
<p>The late nineteenth and early twentieth century were marked by a profusion of attempts to give meaning to the sociability existing within the boundaries of what was understood as Brazil. Discover the meaning of Brazil was something so strong in social thought at the time that economic, political and artistic expressions were marked by this issue, without necessarily seeking nationalist or xenophobic references, although in some cases exploring them. Referring to historical time between abolitionist movements and Vargas Era, we propose to explore, using the historical materialism, how Brazilian economic thinking born totalizing and claiming itself methodologically as interpreter Brazil, then reduces itself to fit to the pattern developed during the organization of the Brazilian Academy.</p>			
KEYWORDS			
Interpretations of Brazil; Brazilian Economic Thought			
EIXO TEMÁTICO			
Marx e a transformação social			

¹ Coordenadora do Laboratório de Estudos Marxistas do Instituto de Economia e do Centro de Ciência Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professora Adjunta do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

² Pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas do Instituto de Economia e do Centro de Ciência Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutorando do Programa de Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

“A publicação de um livro não pode ser abordada como um evento, mas sim o resultado de um processo histórico”.

Szmrecsányi (1999)

Introdução:

O estudo da história do pensamento através do materialismo histórico implica a percepção das disputas políticas e das diferentes visões de mundo por trás das posturas teóricas que se contrapõem em cada controvérsia específica. Suscitadas a partir de uma problemática concreta em seu contexto histórico particular, as controvérsias, no seu desenvolvimento, permitem captar a historicidade e a processualidade de determinado pensamento. Isto é, o processo histórico de formação do pensamento, expresso na obra do autor, com suas fontes, suas inflexões e suas sínteses próprias ao longo do tempo – sem tomá-lo como algo fechado e acabado, impassível de mudança.

Podemos indicar dois momentos históricos fundacionais referidos a problemáticas concretas que colocam a sociedade em posição crítica em relação à própria realidade e estabelecem controvérsias fundadoras de um pensamento brasileiro desenvolvido a partir da reflexão sobre sua própria condição social e processo de formação histórica. Estes momentos são os debates sobre a necessidade de abolição da escravidão e o reconhecimento dos escravos como parte efetiva da sociedade brasileira, e sobre a transição histórica do Brasil, de país agrário-exportador para urbano-industrial ao longo da primeira metade do século 20, tendo como ponto de referência a década de 1930.

Em ambos os casos tratam-se de épocas em que o processo de transformação produtiva teve implicações definitivas na estruturação da sociedade brasileira. No primeiro caso, a abolição da escravidão significava ao mesmo tempo uma gigantesca expropriação de capital em toda sociedade e a necessidade de se estabelecer um novo quadro de relações político-jurídicas sobre o trabalho no país. Era o reconhecimento concreto de que existia uma classe trabalhadora no Brasil, que era de fato a maior parte da população e que vinha sendo explorada de forma aviltante, inclusive em sua humanidade. Os trabalhadores conquistaram sua liberdade pessoal, passaram formalmente a ter direito a voz, frequentar escolas, formular e apresentar propostas de mudança social, mas ainda lhes faltava obter efetivamente todos estes direitos, e a luta por seus direitos, no caminho da libertação efetiva, tinha que continuar.

No segundo caso, a transformação social em curso tinha como origem a transmutação do capital agrário em capital industrial, o que implicava em uma reorganização da tradicional

sociedade rural brasileira, se tornando progressivamente uma sociedade urbana, questionando todas as relações sociais predominantes e difundindo dentro das fronteiras brasileiras o padrão industrial das relações sociais capitalistas. Além disso, o movimento que se desenrola no Brasil diz respeito à percepção dos limites do que Polanyi (1942) já indicou como uma das quatro instituições sustentadoras da civilização do século XIX: o Estado liberal, que sempre vinha acompanhado da instituição do mercado auto-regulável, levando para o pensamento brasileiro a controvérsia da fundação de um Estado assentado, efetivamente, sobre a sociedade brasileira.

Nosso objetivo, neste texto é explorar estes dois momentos históricos como fundacionais do pensamento brasileiro, que se questiona sobre sua formação, buscando um sentido para o país e em muitos casos, propondo modelos de futuro para a sociedade que compreendiam estar em pleno processo de transformação.

1. O pensamento social brasileiro como processo histórico: a noção de intérprete do Brasil.

Tomar o objeto pensamento econômico brasileiro e afirmar o método do materialismo histórico-dialético como referência é buscar uma forma de análise do pensamento brasileiro muito poucas vezes utilizada, em especial no campo da economia política. Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes podem ser identificados como autores que aplicaram o marxismo para a análise do Brasil, porém seu objeto não era o pensamento, mas sim a própria história – que claramente, em sua complexidade, inclui o pensamento, mas não o identifica como objeto principal. Por outro lado seus trabalhos são também o esboço de um grande movimento interpretativo para dar conta da ansiedade de compreender a formação socio-econômica brasileira.

Caio Prado faz parte da geração cuja ansiedade principal, mesmo fora do marxismo era compreender a formação sócio-econômica do Brasil. Esta geração formada pelos autores modernistas, na literatura, encontrava interseções com os pensadores das estruturas sociais, como no caso de Sergio Buarque de Holanda. Desta geração também fizeram parte autores mais conservadores, como Gilberto Freyre, mas cuja postura de revelação do padrão da formação social tornava radical, no sentido de Candido (1986).

Toda esta geração é herdeira da angústia da geração anterior de Joaquim Nabuco, André Rebouças, Castro Alves, Euclides da Cunha e Machado de Assis, preocupados com a gestação do Brasil republicano, da barriga do império escravocrata, como uma formação que precisava finalmente dar conta de sua identidade nacional não-colonial. Em Nabuco e Euclides, percebe-se o importante questionamento do *status quo*, posteriormente identificado pelos modernistas como macaqueadores do pensamento europeu ou da República Federativa dos Estados Unidos da América. Esta geração trazia à tona a inadequação das instituições brasileiras a sua realidade

social, fruto de um pensamento formulador totalmente copista (como descrevia Euclides quando se referia às populações do litoral), ou decadente e dependente, como classificava Nabuco.

Coutinho ([1988] 2011, p.201), ao formular sobre o trabalho de Caio Prado, identifica com clareza o “mal estar” do final do século XIX e do início do século XX no Brasil, afirmando algo que vale para todo o pensamento radical desta época. Ao escrever que mesmo quando trata do passado, aquele pensamento tem sempre em vista a investigação do *presente como história*, o que implica para ele, uma análise dialética da gênese e das perspectivas desse presente. Ainda que muito poucos autores da época possam reivindicar a dialética como lógica, não é difícil identificá-la, como uma invasão da lógica da história real, objeto do trabalho destes autores, no seu pensamento e formulação. Isto é, entender o presente como história significa ressaltar o caráter processual da realidade contemporânea, impregnada do passado e prenhe do futuro, e esta necessidade imperiosa dos autores que buscavam interpretar o Brasil os fizeram vítimas da dialética, apesar de seus métodos essencialmente positivistas.

Nosso ponto é que um intérprete do Brasil tem atrás de si uma missão intelectual, pois busca, através da pesquisa histórica, compreender a realidade presente do Brasil. Desta forma, não se pretende afirmar que nos anos 1870/80 ou nos anos 1920/30/40 se apresente o primeiro pensamento propriamente brasileiro, autônomo em relação às teorias dos principais centros mundiais. O que se pretende é identificar um tipo de interpretação que dará destaque, ainda que de formas diferentes, à estrutura produtiva para tentar analisar e compreender o Brasil e sua formação. Ou ainda, desejamos afirmar que os autores destes estudos devem ser entendidos como intérpretes do Brasil, por colocarem a formação da nação em perspectiva histórica: captando o sentido de formação do passado, analisando a conjuntura presente e apresentando um programa político para o futuro. Neste processo estes autores constroem uma interpretação do Brasil.

2. Ensaísmo e academicismo: limites interpretativos e criatividade analítica

A proposta intelectual de produzir uma interpretação do Brasil é um desafio de caráter político. Ainda que os autores tenham em comum a história contada pelas estruturas produtivas e sociais, suas obras são marcadas por visões de mundo que recortam de modos diferentes a realidade sobre a qual escrevem.

Hobsbawm (1995) nos alerta para o fato de que há uma grande diferença entre escrever sobre o passado e escrever a história do seu próprio tempo, aliás tal expressão já remete ao fato de que a experiência de vida individual é também uma experiência coletiva. A historiografia tradicional diria que a diferença diz respeito à capacidade de objetividade, ou até imparcialidade, sobre o objeto de estudo, no entanto o que Hobsbawm nos alerta é que, ao escrever a história do

presente, os historiadores têm que estar atentos para o problema das gerações (ter ou não vivenciado determinados fatos históricos), o problema de como a perspectiva de alguém sobre o passado pode mudar, na medida em que o tempo histórico progride, e finalmente o problema de escapar dos pressupostos que a maioria de nós compartilha.

Mesmo que nem todos tenham utilizado um método organizado e coerente, os autores que podem ser indicados como intérpretes do Brasil enfrentaram estes problemas, pois recorreram ao sentido de formação do passado para compreender o presente, o momento da formação socio-econômica no qual escrevem, no tempo e no lugar em que estão.

Em todos os casos falamos de autores que escreveram em um Brasil já formalmente independente do império colonial português, mas que já nasce com uma dívida, herdada de sua metrópole, com a Inglaterra, indicando uma situação de dependência de fato desde seu início.

Faoro (1994) refletindo sobre o lugar do pensamento político brasileiro afirma que duas posturas permaneceriam presentes e em tensão neste pensamento de forma perene: uma que buscava a transação com a metrópole e outra, amparada no liberalismo, que desejava o rompimento com a situação colonial. Já Santos (1978) discorda da observação de Faoro afirmando que o realismo dos conservadores, no Brasil, contrasta com o verdadeiro “fetichismo institucional” dos liberais. Estes últimos acreditavam que bastava adotar as instituições existentes na Europa e nos EUA para que o Brasil se transformasse em uma sociedade como aquelas. Para Santos, conservadores e liberais no Brasil concordariam que o objetivo a seguir era a instauração no Brasil de uma ordem burguesa similar à europeia ou à norte-americana, no entanto só os conservadores tinham a consciência de que para impô-la haveria que se disputar politicamente com os potentados rurais.

Se conservadores e liberais formam a corrente principal do pensamento socio-econômico brasileiro, é fato que desde o final do século XIX desenvolve-se também um pensamento socialista, cujo espaço efetivo na intelectualidade brasileira só passa a ser mais expressivo no século XX³, a partir do qual a crítica social aberta sobre a ordem vigente se apresenta no país.

³ Neste campo valem como referências Manoel Bomfim, autodeclarado maximalista, Lima Barreto, também autodeclarado maximalista, Caio Prado Junior, autodeclarado comunista e até mesmo pode-se encontrar alguma influência do pensamento socialista em Euclides da Cunha que, quando estava em São José do Rio Pardo em 1899 fundou um Clube que se chamava Clube Democrático Internacional Filhos do Trabalho, que editava um jornal chamado “O Proletário”. Em 1º de maio de 1899 “O Proletário” publicou o seu programa, que é atribuído a Euclides, com os seguintes 21 pontos: 1º. Proibição do trabalho infantil de qualquer dos sexos até a idade de 14 ou 15 anos; 2º Escolas gratuitas, com ensino leigo e obrigatório para todas as crianças, sem distinção de sexo, de cor e de nacionalidade, tendo as crianças pobres tudo necessário para frequentar as escolas: roupa, comida, cuidados médicos, farmácias etc., etc; 3º Estabelecimentos apropriados para recolher os inválidos do trabalho, pobres, velhos e defeituosos, dando-lhes com abundância roupa, comida, médico, farmácia etc., para não irem morrer nas enxergas dos hospitais e nos adros das igrejas, ou nas calçadas das ruas, implorando aviltadora caridade. ministrada pelos ricos, e remédios; 4º Emancipação da mulher, reconhecendo-lhes iguais direitos e iguais deveres aos dos homens, inclusive de votar e ser votadas; 5º Impostos diretos e pesadíssimos sobre a renda; 6º. Substituição das forças armadas pelo povo armado; 7º. Organização do trabalho

Desta forma, podemos afirmar que o ambiente intelectual em que se desenvolvem as primeiras interpretações do Brasil é rico de referências internacionais, e também nacionais, mas são os desdobramentos da história brasileira que colocam em marcha os processos que dão origem aos ensaios de interpretação do Brasil.

A forma ensaio é aquela que ganha o conteúdo das interpretações do Brasil. Se aceitamos a relação dialética entre forma e conteúdo, vale a pena explorar duas questões: 1) por que as interpretações do Brasil desaparecem com a progressiva especialização acadêmica vivenciada no século XX?; 2) Porque toda obra de interpretação do Brasil posterior ao período a que nos referimos ganha novamente a forma ensaio⁴?

Em um artigo como este se pode apenas propor iniciar o debate destas questões, porém vamos a alguns apontamentos.

O Abolicionismo de Joaquim Nabuco, de 1883, tem um tom quase que panfletário, mas debruça-se sobre várias referências a cientistas e juristas de sua época para afirmar sua tese de que todos os problemas da decadência social no Brasil e sua incapacidade de desenvolver-se em uma sociedade dinâmica advinham da manutenção da escravidão. Nabuco avalia com detalhes a influência da escravidão sobre a população, a ocupação do território, a forma e a capacidade geradora da produção, o trabalho, a moralidade e o Estado brasileiros. Abundam referências científicas e mencionam-se alguns dados, mas tudo criativamente apropriado pelo autor a serviço de seu objetivo principal: atribuir todos os males e incapacidades da sociedade brasileira em desenvolver-se na direção da “civilização” à manutenção da escravidão.

Com um tom muito mais sóbrio, mas também marcado pelas referências científicas, ao lado de uma apresentação não consolidada, mas expressiva, de dados, Euclides escreve *Os sertões*, que publica em 1902. Esta obra, ao contrário do que se veicula no senso comum, foi fruto de quatro anos de reflexão e estudo, e não o resultado direto de observações feitas no local da guerra. A visão apresentada por Euclides foi fortemente influenciada não apenas pela ciência de sua época, mas pela ciência que chegava ao Brasil na época, com destaque para autores como: Benjamin Constant (de quem Euclides foi aluno), Auguste Comte, Herbert Spencer, Ludwig Gumplowicz, Karl Marx, Hippolyte Taine, Emmanuel Liais, Ernest Renan e Frederic C. Hartt – quanto à relação entre o

por ser o único fator da riqueza; 8º. Estabelecimento de bolsas de trabalho; 9º. Proporcionar a preços módicos a cada família uma casa confortável para sua residência; 10º Fornecer água e luz grátis a todos em geral; 11º Tribunais arbitrais obrigatórios para as questões internacionais; 12º Justiça gratuita para todos; 13º Supressão dos empréstimos internos e externos; 14º Tribunais arbitrais para decidir as questões entre patrões e operários; 15º Decretar leis de 8 horas de trabalho e a proibição do trabalho à noite para os assalariados; 16º Leis repressivas contras os usurários, estabelecendo uma só taxa de juros para todos os negócios; 17º Nacionalização do crédito; 18º Leis reguladoras da venda de bebidas, para acabar com o alcoolismo; 19º Leis que estabeleçam o divórcio, dando à mulher as mesmas garantias que ao homem; 20º Pensão aos inválidos do trabalho; 21º Reivindicação dos bens do clero para a comunhão social.

⁴ Os trabalhos de Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro nos anos 1960/70 são ensaios, bem como o livro *Os Donos do Poder* de Raimundo Faoro nos anos 1950.

meio físico, o ser humano e sua construção social. O conteúdo principal destas formulações é parte de uma “ciência” justificadora, em última instância, da empresa colonial e da exploração dos povos da periferia. Euclides não aceitava inteiramente estas ideias que apresentavam os conceitos de clima e de raça para afirmar a superioridade dos países do centro capitalista – a Europa em particular – sobre o resto do mundo. Afirmavam que o clima dos trópicos jamais permitiria formas modernas de organização social, econômica ou política, proclamavam a inferioridade da raça negra (bem como dos que resultassem de seus cruzamentos), com o que estava condenada ao trabalho embrutecedor, e concluíam que os povos coloniais estariam assim destinados a um papel subalterno no conserto das nações. Infelizmente, o autor não parecia dispor, ou não ter procurado direito, dos instrumentos necessários para criticá-las e superá-las.

Os estudos sociais dos anos 1920/30/40 carregam a marca da transição histórica à qual pertencem. Muitas vezes apresentados como demiurgos do Brasil, expressam, na verdade, a transição histórica da sociedade brasileira de país agrário-exportador para urbano-industrial, e, portanto, são demiurgos do Brasil urbano-industrial, portadores desta particularidade e influenciados pelas teorias difundidas à época no mundo, tanto quanto seus antecessores do final do século XIX. Candido (1967) destaca três dos trabalhos deste período: *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda e *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Júnior. Afirma que estes são livros-chave, pois pareciam exprimir “a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo” (Candido, 1967, p.xi).

Nos três casos a forma ensaio permanece como preponderante, porém os trabalhos de Caio Prado e de Sérgio Buarque procuram se organizar dentro de formatos mais acadêmicos, nos quais dados e referências devem aparecer de forma mais organizada. Este movimento coincide com a organização universitária no Brasil, que nos anos 1930 deixa de ser apenas um espaço de formação profissional dos filhos da elite e passa a ser projetada para divulgar e formular noções de política, sociologia e economia que permitissem às elites compreender o Brasil.

Em princípios de 1933, as palavras de considerável plêiade de intelectuais revelavam claramente esta mudança de postura intelectual da elite brasileira. Naquele ano, lançava, em São Paulo, um manifesto, que se tornou memorável com o correr dos tempos. Nesse documento, demonstravam que:

“não tendo podido ver triunfante pela força das armas o seu ponto de vista, compreendiam, mais do que nunca, a profunda desarmonia existente entre as nossas aspirações e a realidade político-econômico-social do país. Pregavam a urgente necessidade de se criarem escolas de formação de

“elites”, em que se divulgassem as noções de política, sociologia e economia, despertando e criando uma consciência nacional, capaz de orientar a administração pública, de acordo com a realidade do nosso meio, concorrendo, assim, para fazer cessar, dentro do Brasil, a incompreensão reinante de que São Paulo era, e é, a vítima principal”. (Simonsen, [1937] 1978, p.19)

Não se pode negar ter havido ganhos expressivos com o desenvolvimento do novo projeto de universidade no Brasil. A organização de espaços de estudos da realidade brasileira, a busca de dados que pudessem informar estes estudos, a organização de fundações e institutos de pesquisa sobre o Brasil foram frutos preciosos deste movimento. O problema foi que junto com ele veio a ordem dominante na ciência da época, de caráter extremamente positivista, com seu labirinto de especialização acadêmica, condenando progressivamente a forma ensaística de apresentação dos estudos sobre o Brasil, por falta de empiria sistematizada.

Botelho e Schwarcz (2009) apontam que a especialização acadêmica “decorrente do fracionamento do conhecimento que não apenas separou a história da lógica das ciências sociais, mas implicou também no abandono das visadas mais gerais sobre a sociedade” (p.15) não deixa muito espaço para as interpretações do Brasil, acadêmicas ou não. Para estes autores as interpretações do Brasil “constituem um espaço social de comunicação entre presente, passado e futuro que pode nos dar uma visão mais integrada e consistente da dimensão de processo que nosso presente ainda oculta” (p.15).

Aceitando esta ideia afirmamos que o pensamento que interpreta do Brasil, no sentido que entendemos neste texto, vai encontrar na forma ensaio seu acolhimento maior. Por ser mais livre e capaz de aceitar a articulação entre as várias frações do pensamento, ou por comportar com mais facilidade a forma totalizante da formulação intelectual liberta dos espartilhos formalistas da academia, a forma ensaio predominará como apresentação das grandes interpretações do Brasil.

Neste caso concordamos com Ricupero (2008) que apesar de as interpretações do Brasil, enquanto gênero intelectual, estarem historicamente situadas entre os movimentos abolicionistas e o desenvolvimento mais pleno da universidade no Brasil, na década de 1930, não tiveram seu papel eliminado com o bem sucedido processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil, que redefiniu seu padrão hegemônico na direção da pesquisa empírica.

Por outro lado a organização referencial promovida pelo pensamento acadêmico aprimorou a forma ensaio, no sentido de torná-la menos eclética que as versões apresentadas em seu momento de predomínio histórico. O ensaísmo da segunda metade do século XX continua exuberante em sua apresentação criativa dos achados sobre a realidade brasileira, no entanto não

mais padece das inconsistências referenciais das primeiras versões que, apesar de ricas de criatividade analítica, carecem de assentamento metodológico mais claro.

3. Interpretar o Brasil: uma questão de economistas marxistas?

Se tomarmos emprestado de Ricupero (2008) a ideia de que a formação seja um tema recorrente em um país com passado colonial e persistente situação de dependência, e se somarmos a noção de que a missão intelectual de um intérprete do Brasil é compreender a formação da nação em perspectiva histórica, para captar o sentido de formação do passado, analisar a conjuntura presente e apresentar um programa político para o futuro, encontramos um típico desafio marxista: compreender a realidade para transformá-la.

É bem verdade que no caso brasileiro esta missão intelectual não foi tomada apenas, e nem mesmo em sua maioria, por autores marxistas. Nem por isso os trabalhos desenvolvidos pelos intérpretes do Brasil deixam de ter seu viés radical, na medida das questões que se põem.

A preocupação com o estabelecimento de um quadro social autônomo, que se contrapusesse à situação de subordinação colonial é a chave para um pensamento que coloca no seu centro dinâmico principal o que o ocorre internamente no país. Por isso as interpretações do Brasil são marcadas pela análise das formas estruturais da produção social da vida material, que se expressam em determinadas relações sociais necessárias e independentes de sua vontade e às quais correspondem relações de produção referentes a uma determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas materiais. Ao mesmo tempo um intérprete não poderá deixar de perceber que sobre esta estrutura se levanta uma superestrutura jurídica, política e correspondentes formas da consciência social⁵ que necessariamente compõem seu objeto. Assim, as tentativas de interpretar o Brasil não conseguirão escapar das artimanhas de seu objeto e acabarão cedendo lugar, aqui e ali, à dialética, ao radicalismo e à crítica. Para além disso, vão sempre trazer questões estruturais, fundantes do pensamento econômico marxista, como referências imperiosas.

Vale ainda, um último esforço de relativizar o pensamento econômico interpretador do Brasil como radical. Apelamos, portanto, para o recorte de Candido (1986) em que apresenta o radicalismo brasileiro como um conjunto de ideias e atitudes formando um contrapeso ao movimento conservador que sempre predominou no Brasil. Esta versão de radicalismo à brasileira inclui a definição de um modo progressista de reagir ao estímulo dos problemas sociais prementes em oposição ao modo conservador.

Candido ainda identifica o radicalismo brasileiro como um pensamento gerado na classe média (pequena burguesia) e em setores esclarecido das classes dominantes, mas o nega como

⁵ Quem já leu Marx e Engels (1959) perceberá a referência evidente.

pensamento revolucionário, pois embora tenha um fermento transformador, não se identifica, senão em parte com os interesses específicos das classes trabalhadoras. O radical só se oporá aos interesses de sua classe até certo ponto, pois pensa os problemas na escala da nação, como se fosse um todo acima dos antagonismos de classe. A solução dos radicais é sempre um caminho de harmonização e conciliação, jamais projeta soluções revolucionárias. Ainda assim, no Brasil o radical pode ter um papel transformador de relevo, porque é capaz de avançar realmente, apesar de apenas até certo ponto.

Por tudo isso, estudar exploratoriamente as interpretações do Brasil é ir em busca do fermento transformador do radicalismo brasileiro para juntar-se à massa revolucionária e dar curso a compreensão da formação acompanhada de um projeto realmente revolucionário para o país e para o mundo.

Conclusão:

Como é impossível chegar a uma conclusão neste ponto da pesquisa do argumento, proporemos uma questão. Para se chegar à compreensão dos trabalhos dos intérpretes do Brasil e acessar seu pensamento econômico, seria um bom método mergulhar em seus textos buscando:

- a) Sua visão sobre a população;
- b) A forma como encaram o trabalho;
- c) A maneira como descrevem a oligarquia;
- d) Seu modo de avaliar o imperialismo;
- e) A forma como pensam a produção;
- f) E sua concepção sobre a estrutura da sociedade

Imaginamos que estas seriam boas chaves de acesso ao pensamento econômico brasileiro contido nas interpretações do Brasil e pretendemos explorá-las.

Bibliografia:

BIELSCOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 4ª edição, [1988] 2000.

BOTELHO, A. & SCHWARCZ, L.M. **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**, São Paulo: Companhia das Letras, 2009

BUARQUE DE HOLANDA, S. **Raízes do Brasil**. 26ª edição, 36ª reimpressão. SP: Companhia das Letras, (1936) 2011.

CANDIDO, A. **O significado de raízes do Brasil** in BUARQUE DE HOLANDA, S. **Raízes do**

- Brasil**. 26ª edição, 36ª reimpressão. SP: Companhia das Letras, (1967) 2011.
- CANDIDO, A. **Radicalismos**, *In: Estudos Avançados* 4 (8), 1986.
- COUTINHO, C.N. **A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Júnior**. In: _____. *Cultura e Sociedade no Brasil – ensaios sobre idéias e formas*. São Paulo: Expressão Popular, 4ª edição, [1988] 2011.
- CUNHA, E. **Os Sertões**, Coleção Intérpretes do Brasil, RJ: Nova Aguillar, (1902) 2000
- FAORO, R. **Existe um pensamento político Brasileiro?** São Paulo: Editora Ática, 1994.
- FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**, Coleção Intérpretes do Brasil, RJ: Nova Aguillar, (1933) 2000.
- HOBSBAWM, E. **O presente como história: escrever a história do seu próprio tempo**, Novos Estudos Cebrap, 1995.
- MARX, K. & ENGELS, F. **Contribuição à crítica da Economia Política**, [1859] in <http://www.vermelho.org.br/biblioteca.php?pagina=critica.htm>.
- NABUCO, J. **O Abolicionismo**, Petrópolis: Vozes, [1883] 2012.
- POLANYI, K. **A grande transformação**, São Paulo: Campus, (1942), 2000.
- PRADO JÚNIOR, C. **Evolução Política do Brasil**, São Paulo: Brasiliense, (1933) 2007.
- _____. **Formação do Brasil Contemporâneo**, Coleção Intérpretes do Brasil", RJ: Nova Aguillar, (1942) 2000.
- RICARDO, C.. **Marcha para Oeste: a influência da Bandeira na formação social do Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio. (1940) 1970.
- RICUPERO, B. **Celso Furtado e o Pensamento Social Brasileiro**. *In: Estudos Avançados* 19 (53), 2005.
- _____. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.
- SANTOS, W.G. **Ordem burguesa e liberalismo político**, São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978.
- SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**, São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.
- SZMRECSÁNYI, T. **Sobre a Formação da Formação Econômica do Brasil de C. Furtado**. In: *Estudos Avançados* 13 (37), 1999.
- VIANNA, O. **Populações Meridionais do Brasil**, Coleção Intérpretes do Brasil, RJ: Nova Aguillar, (1920) 2000.